



# Fórum para os Sistemas de Pagamentos

3ª Reunião Plenária – 03.12.2019

## Síntese

### 1 Abertura

Na abertura da terceira reunião plenária do Fórum para os Sistemas de Pagamentos (FSP), o Banco de Portugal apresentou sumariamente os temas a abordar.

Salientou a importância do Plenário reunir um consenso alargado relativamente às propostas apresentadas pelos Grupos de Trabalho (GT) do FSP, uma vez que, em grande medida, estas deverão integrar a Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho 2020-2022.

Foi reiterado também o agradecimento às entidades integrantes do FSP, pela sua participação ativa e contributos apresentados no âmbito dos grupos de trabalho.

### 2 Apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelos Grupos de Trabalho do Fórum

O Banco de Portugal enquadrou as atividades desenvolvidas, ao longo dos últimos meses, pelos grupos de trabalho em funcionamento na estrutura do Fórum: o GT sobre Segurança dos Pagamentos (GTSeP) e o GT para a Promoção dos Pagamentos Eletrónicos (GTPPE).

#### 2.1 Grupo de Trabalho para a Segurança nos Pagamentos (GTSeP)

O Banco de Portugal destacou as ações de comunicação e de informação promovidas aquando da entrada em vigor das novas regras sobre a autenticação forte do cliente (SCA), a 14 de setembro, cujos conteúdos resultaram, de forma substancial, de propostas elaboradas pelo GTSeP. A comunicação desta alteração por todos os membros do FSP permitiu mitigar eventuais situações de disrupção no mercado e contribuiu para o sucesso da implementação dos novos requisitos.



O Banco de Portugal clarificou ainda as implicações da *Opinion*<sup>1</sup>, emitida pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) em 16 de outubro, que veio flexibilizar a verificação, pelas Autoridades Competentes Nacionais, da aplicação dos novos requisitos de SCA aos pagamentos com cartão no comércio *online*, até 31 de dezembro de 2020.

No seguimento desta decisão, e visando garantir que os intervenientes no mercado nacional de pagamentos implementam, de forma atempada e adequada, os novos requisitos, o GTSeP propôs ao Plenário a definição de um Plano Nacional de Migração (à semelhança do elaborado em 2013, aquando da migração para a SEPA). Este Plano deverá detalhar, num registo *high-level*, as ações que cada interveniente do mercado deve implementar e o respetivo calendário.

O Plenário discutiu ainda as vantagens associadas à adoção generalizada de soluções de identificação, autenticação e assinatura baseadas no Regulamento eIDAS<sup>2</sup>. Neste âmbito, o GTSeP colocou à consideração do Plenário o aprofundamento dos trabalhos de promoção destas soluções, designadamente através da prossecução das seguintes linhas: (i) reforçar o diálogo com entidades nacionais responsáveis por iniciativas neste âmbito; (ii) sugerir eventuais melhorias; e (iii) promover uma utilização generalizada destas soluções.

**Os membros do Plenário deram o seu acordo às propostas apresentadas pelo GTSeP, designadamente:**

- **À definição do Plano Nacional de Migração para aplicação dos requisitos de autenticação forte do cliente aos pagamentos com cartão no comércio *online*, para apresentação no primeiro trimestre de 2020;**
- **Ao encetar de esforços para a promoção de soluções de identificação, autenticação e de assinatura digital compatíveis com o Regulamento eIDAS.**

<sup>1</sup> Acessível para consulta em: <https://eba.europa.eu/eba-publishes-opinion-on-the-deadline-and-process-for-completing-the-migration-to-strong-customer-authentication-sca-for-e-commerce-card-based-payment>.

<sup>2</sup> Regulamento (UE) Nº 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho, relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno.

## 2.2 Grupo de Trabalho para a Promoção dos Pagamentos Eletrónicos (GTPPE)

O GTPPE apresentou um conjunto de iniciativas que os agentes de mercado nacionais poderão desenvolver com o intuito de contribuir para a implementação de soluções de pagamentos eficientes e inovadoras no mercado português, designadamente: (i) promover a utilização da tecnologia *contactless*; (ii) reduzir a utilização de cheques como instrumento de pagamento; (iii) promover a utilização das transferências imediatas no ponto de venda; e, (iv) promover a utilização de débitos diretos.

**Os membros do Plenário deram o seu acordo à generalidade das iniciativas propostas pelo GTPPE. Porém, algumas dessas iniciativas não obtiveram consenso, pelo que poderão continuar a ser discutidas e aprofundadas, por exemplo em termos de impactos legislativos e técnicos, pelo Grupo de Trabalho.**

## 3 Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho

O Banco de Portugal colocou à consideração do Plenário a integração das iniciativas apresentadas pelos GTSeP e GTPPE, e que obtiveram o consenso do Plenário, na “Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho | 2020-2022”, a divulgar publicamente no primeiro semestre de 2020.

A “Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho | 2020-2022” deverá ser um elemento fundamental para o FSP dar cumprimento ao seu mandato de “promover a definição de uma estratégia integrada sobre a disponibilização de soluções de pagamento no mercado nacional, congregando as perspetivas da oferta e da procura das soluções de pagamento”, em linha com as melhores práticas adotadas por comités europeus congéneres.

Em complemento, o Banco de Portugal partilhou ainda com o FSP a intenção do Banco Central Europeu promover uma Estratégia do Eurosistema para os Pagamentos de Retalho, com o objetivo de contribuir, ativamente, para a existência de uma solução pan-europeia para os pagamentos de retalho no ponto de venda, designadamente apoiando as iniciativas de mercado que cumpram cinco objetivos principais: (i) alcance pan-europeu e experiência do cliente; (ii) conveniência e eficiência em termos de custos; (iii) segurança e proteção; (iv) identidade e *governance* europeias; e (v) aceitação global.

Por fim, sublinhou-se uma vez mais, a necessidade de existir um compromisso e envolvimento alargado do mercado na prossecução da Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho.

**Lisboa  
03 de  
dezembro  
2019**

**Os membros do Plenário concordaram com a abordagem proposta pelo Banco de Portugal para a definição da “Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho | 2020-2022”.**

#### **4 Segunda conferência do FSP**

O Banco de Portugal partilhou com os membros do Plenário que está a avaliar a possibilidade de, à semelhança do verificado em 14 de maio de 2018, promover em 2020 uma nova conferência do FSP.

#### **5 Temas em curso ao nível do *Euro Retail Payments Board***

Não se tendo identificado temas que justificassem uma discussão mais aprofundada, o Banco de Portugal comprometeu-se a partilhar, posteriormente, a documentação publicada na sequência da reunião de 25 de novembro do *Euro Retail Payments Board* (ERPB).

#### **6 Outros assuntos**

Acordou-se que a próxima reunião do Plenário teria lugar, previsivelmente, em maio ou junho do próximo ano.

**Anexo: Lista de Participantes na reunião de 03 de dezembro de 2019**

Entidade	Representante(s)
ACEPI – Associação da Economia Digital	Paulo Vila Luz
ADSE – Instituto Público de Gestão Participada	-
AFIP – Associação FinTech e InsurTech Portugal	João da Silva Amaral
AdP – Águas de Portugal	Sónia Pacífico
AMA – Agência para a Modernização Administrativa	Pedro da Costa Pedro Viana
AMD – Associação Portuguesa de Marketing Directo	-
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	Fernando Cruz
APB – Associação Portuguesa de Bancos	Norberto Rosa Rita Lourenço João Pires
APED – Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição	Rui Martins
ASFAC – Associação das Instituições de Crédito Especializado	Ricardo Ribeiro
AT – Autoridade Tributária e Aduaneira	Olga Gomes Pereira
BCP – Banco Comercial Português	José Vicente
Banco CTT	João Mello Franco
BST – Banco Santander Totta	Pedro David
Brisa	Carlos Carvalho
CGA – Caixa Geral de Aposentações	Vasco Costa
CGD – Caixa Geral de Depósitos	Pedro Vairinhos Mónica Leite
Carris – Companhia Carris de Ferro de Lisboa	-
DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor	Natália Nunes
DGC – Direção-Geral do Consumidor	André Silva
EASYPAY – Instituição de Pagamento	Sebastião de Lancastre
EDP – Energias de Portugal	Paula Guerra
Fidelidade – Companhia de Seguros	-
Galp Energia	Manuel Almeida Pedro
GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia	Gabriel Osório de Barros
GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças	Paula Costa Margarida Belo
IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	Rui Nascimento Carla Silva

**Lisboa  
03 de  
dezembro  
2019**

Entidade	Representante(s)
IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	Teresa Fernandes Paula Guerra
ISS – Instituto da Segurança Social	Noémia Goulart
Jerónimo Martins	Conceição Carrapeta
MasterCard	Rui Fonseca
MEO/Altice	João Loureiro
Metropolitano de Lisboa	Maria Dilar Rafael
NOS	Tiago Rosado
Ocidental Seguros (Ageas)	Elias Leal
SIBS Forward Payment Solutions	Ricardo Chaves Miguel Maurício
Sonae Financial Services	Paulo Jorge Pereira
Sonae MC	Margarida Rodrigues
STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto	-
Turismo de Portugal	Patrícia Seguro
Unicre	Bruno Barbosa Tiago Oom
Vodafone Portugal	-
Banco de Portugal	Hélder Rosalino Tereza Cavaco Bruno Proença Hugo Mira Rita Bairros Rui Pimentel Rita Prior Soares Paula Matos Tatiana Lourenço Catarina Santos Rodrigo Matos